



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

Iglesias Magalhães, Pablo Antonio

Flores Celestes: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú?

História (São Paulo), vol. 31, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 65-100

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221022956006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Flores Celestes: O livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú?

Celestial flowers: José da Silva Lisboa's secret book, viscount of Cairú?

Pablo Antonio Iglesias MAGALHÃES*

Resumo: O presente artigo investiga as origens de um livrinho misterioso intitulado *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo*, de autoria do enigmático poeta bahiense José Cortez Sol Posto, também conhecido como Cigano da Bahia. A investigação demonstra que, sob a capa de poesias piedosas, escondem-se as confissões de um dos mais representativos personagens da História do Brasil no século XIX.

Palavras-chave: Literatura Colonial; Conjuração dos Alfaiates; Poemas Religiosos.

Abstract: The present article investigates the origins of a mysterious little book intitled *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo*, of authorship of the enigmatic bahiense poet Jose Cortez Sol Posto, also known as Cigano da Bahia. The inquiry demonstrates that, under the layer of merciful poetries, the confessions of one of the most representative personages of the History of Brazil in century XIX are hidden.

Keywords: Colonial Literature; Conspiracy of the Tailors; Religious Poems.

Um livro misterioso

Em Lisboa, no ano de 1807 foi publicado um livrinho in-8.^º, com versos piedosos de caráter confessional, intitulado *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesu Christo, Deos e homem verdadeiro Tecidas em cinco ramalhetes em honra, e louvor das cinco preciosissimas chagas de Nossa adoravel e amoroso Redemptor e Salvador*. Por baixo do pé de imprensa está registrado que o livro saiu “Com licença da Meza do Desembargo do Paço”. Impresso na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, com 243 páginas, sua folha de rosto estampa a autoria de um certo José Cortez

* Professor Substituto no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia e Professor de História da América Portuguesa do Centro Universitário Jorge Amado. FFCH- UFBA, Departamento de História. Estrada de São Lázaro, 197, Federação, 40210-730, Salvador, Brasil. E-mail: pimagalhaes@yahoo.com.br. Este artigo é dedicado às professoras Sara, Ana e Celeste.

Sol Posto, e aparecem na última folha as iniciais J.C.S.P. Nada se conhece acerca das origens desse livro ou do seu autor.

Quando se inicia uma pesquisa sobre livros portugueses do século XIX é de bom tom que o *Dicionário*, de Innocencio Francisco da Silva, seja o primeiro a ser consultado. Ali consta:

JOSÉ CORTEZ SOLPOSTO, natural da cidade da Bahia, de cujas circunstancias pessoaes nada pude apurar. — E. 3014) Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, Deus e homem verdadeiro. Lisboa, na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira 1807. 8.^o de 243 pag.— São versos de diferentes especies, que depõem mais a favor dos sentimentos de devoção do auctor, que do seu talento e vêa poética (SILVA, 1860, p. 298).

O Innocencio não ajuda muito e limitou-se a emitir apenas uma opinião, errando, inclusive, o sobrenome do autor - Solposto, em vez do correto: Sol Posto. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), o ilustre médico baiano autor do *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, seria o bibliógrafo mais indicado para dizer algo sobre um conterrâneo que viveu no mesmo século que ele. Poderia ter conhecido os descendentes de Sol Posto, caso este os tivesse. Em vez de investigar, Sacramento Blake se limitou a seguir Innocencio, afirmando que Sol Posto era “Natural da Bahia, viveu do seculo XVIII ao seculo actual, teve commercio com as musas” (BLAKE, p. 393). Creio que Blake sequer viu um exemplar do *Flores Celestes*. Rubens Borba de Moraes nada acrescentou de relevante (MORAES, 1969, p. 373; MORAES, 1983, p. 1983).

Penso que um dos motivos de o referido livro também ter passado despercebido pelos historiadores da literatura luso-brasileira foi a suma raridade de exemplares do *Flores Celestes*. Dono de um exemplar “bichado”, José Carlos Rodrigues afirmou, acertadamente, que este era “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, entr. 2268). Poucos exemplares restam em bibliotecas públicas ou coleções particulares, somando-se pouco mais de uma dezena deles.

A raridade, entretanto, não é a única característica desse livro. Num catálogo de livros que o tipógrafo Manuel Antonio da Silva Serva mandou imprimir em 1811, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, o *Flores Celestes* aparece anunciado com autoria de “hum Cigano da Bahia” (SERVA, 1811, fl. 4). Além disso, a Tipografia do Silva Serva teria imprimido na Bahia a segunda edição do *Flores Celestes* em 1812, mas nenhum exemplar foi localizado em bibliotecas públicas ou particulares. Renato Berbert de Castro, apesar de indicá-lo no seu catálogo, chegou a duvidar da

existência de uma edição baiana desse livro de poesias (CASTRO, 1968, p. 88). A única fonte de Berbert de Castro foi uma lista de livros que Serva publicou, anunciada na Idade de Ouro da Bahia.

Há, contudo, um indício de que, apesar das dúvidas de Berbert de Castro, o livro foi realmente impresso na Bahia em 1812, conforme noticiado na Idade d’Ouro do Brasil (Idade d’ouro, 1812, ed. 29). Esse exemplar aparece anunciado, também, com algumas alterações no título, na edição de 28 de agosto da Idade d’Ouro:

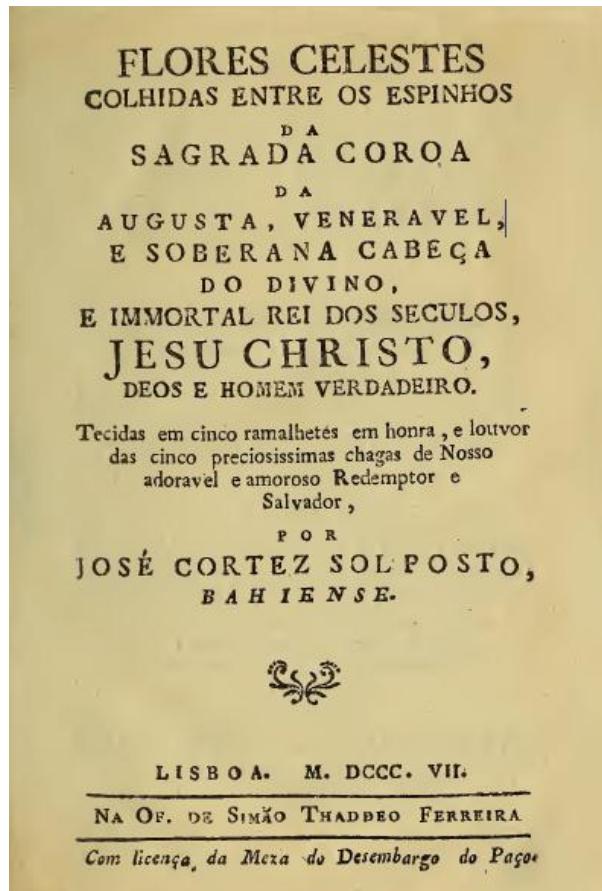
Flores celestes, colhidas entre os espinhos da sagrada corôa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos J. C. Deos e homem verdadeiro Tecidas em cinco ramalhetes, em honra, e louvor das cinco preciosissimas chagas de Nossa adoravel e amoroso Redemptor e Salvador, onde se acha huma excellente confissão geral, pelo mesmo Author (Idade d’ouro, 1812, ed. 69).

Seus exemplares foram, inclusive, enviados para Portugal. Um conjunto de obras impressas por Silva Serva entre 1811 e 1812 foi remetido para venda em Lisboa, na loja de Antonio Manoel Policarpo da Silva. Em meio às obras econômicas de Cairú, também impressas por Silva Serva, estavam os exemplares bahienses do *Flores Celestes*:

Obras ultimamente publicadas, que se vendem na loja de Livros de Antonio Manoel Policarpo da Silva na Arcada do Senado. — Palafox em Saragoça, Drama, por A. X. F. de A., o qual se representou no Theatro da Rua dos Condes, preço 320 réis. Observações sobre a Prosperidade do Estado, pelos Liberaes Principios da Nova Legislação do Brazil, por José da Silva Lisboa, preço 300 reis. Observações sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Frabricas (sic) no Brazil, por José da Silva Lisboa, preço 240 reis. Elementos de Osteologia Pratica: por J. S. de C. Lente de operações Cirurgicas na Bahia, preço 400 réis. **Flores Celestes, colhidas entre os Espinhos da Sagrada Coroa de Jesu Christo, 8.º, preço 400 reis.**¹ Acasos da Fortuna, ou Livro de Sortes divertidas, tiradas com dois dados, com hum methodo do fazer mais de mil decimas, e hum Tratado das Sinas novamente reimpresso, preço 280 réis (Gazeta de Lisboa, 1813, n. 225).²

Não restam dúvidas de que todos os sete livros colocados à venda por Policarpo da Silva e anunciados pela Gazeta de Lisboa, em 1813, saíram dos prelos da Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva. Além disso, não teria sido esta a única obra poética de Sol Posto impressa na Bahia, visto que publicou, também pela Silva Serva, o folheto *Affectos do amor divino de hum peccador convertido a Jesus*. Esse foi o panfleto que mais se vendeu nos dois primeiros anos de funcionamento daquela tipografia. Infelizmente, também não foi localizado qualquer exemplar do

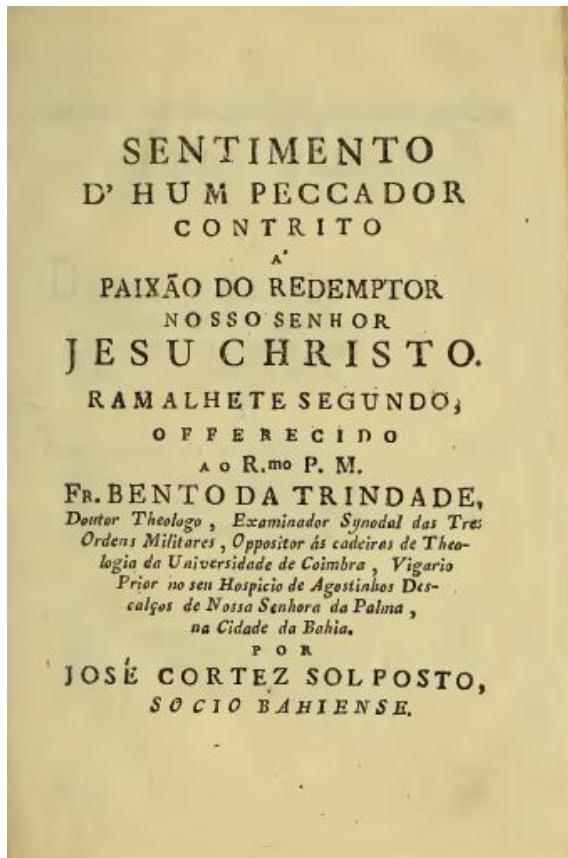
Affectos. Sabemos que houve três impressões daquele livreto, “pela grande aceitação que mereceo”, porque isso foi noticiado na Idade de Ouro do Brasil (Idade d’ouro, 1812, ed. 29). Restam-nos os exemplares da edição do *Flores Celestes* impressos em Lisboa, em que é possível encontrar alguns dados acerca de José Cortez Sol Posto.



O livro foi divido em Cinco Ramalhetes, mas, curiosamente, nenhum exemplar que consultei possui os cinco completos. Em todos os exemplares há apenas os ramalhetes segundo, terceiro, quarto e quinto.³ Em nenhum consta o Ramalhete Primeiro. Talvez o *Affectos* seja o ramalhete primeiro que terminou sendo impresso separadamente do *Flores Celestes*.

Restam-nos, então, os quatro ramalhetes impressos em Lisboa, sendo que cada um deles foi dedicado a uma pessoa de destaque que viveu na Bahia entre os séculos XVIII e XIX. O segundo, Sentimento d’hum peccador contrito à Paixão do Redemptor Nossa Senhor Jesu Christo, foi dedicado a Frei Bento da Trindade. O terceiro foi dedicado ao Arcebispo D. Fr. Antonio Correa, que faleceu em Salvador no dia 12 de julho de 1802 (AHU, 1802, Doc. 23.736). O quarto dedicou-se ao Desembargador e Intendente do Ouro, Dr. Felippe José de Faria, que também era Presidente da Mesa de Inspeção da Bahia. O quinto foi consagrado a deão Manoel de Almeida Maciel. Natural

da Bahia, Maciel foi Cônego, Mestre Escola, Governador Interino do Arcebispado e, por fim, Deão da Sé da Bahia.



Esses quatro indivíduos, a quem os ramalhetes foram dedicados, pelo menos uma vez reuniram-se num mesmo local. No dia 24 de novembro de 1793 todos os quatro se dirigiram à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, no bairro do Comércio. A Mesa de Inspeção da Bahia, com seu presidente, o Desembargador Filipe José de Faria, junto com a Corporação de Negociantes, convocou uma sessão extraordinária “querendo mostrar-se sensíveis às Bençãos do Ceo sobre a Monarquia Portugueza, dando huma plausivel prova do seu jubilo pelo faustissimo nascimento da Serenissima Princeza da Beira” (ALMEIDA, 1966, pp. 217-218). Estavam presentes o Arcebispo D. Fr. Antonio Correa e o Deão Manuel de Almeida Maciel, que oficializou a missa. Naquela ocasião, Fr. Bento da Trindade proferiu um sermão, publicado em Lisboa no ano seguinte, e os professores da Bahia também estavam presentes (TRINDADE, 1794).

A relação desses quatro indivíduos com o autor do *Flores Celestes* nos fornece os indícios para começar a investigar quem foi o misterioso José Cortez Sol Posto. O método ou paradigma indiciário é um procedimento de investigação cuja essência está na observação do pormenor revelador, na indução mais do que na dedução, possibilitando a interpretação centrada sobre

particularidades ou dados marginais, que podem ser considerados reveladores (GINZBURG, 2003, p. 150).

A autoria

José Cortez Sol Posto apresentou, ao longo do *Flores Celestes*, apontamentos biográficos concretos, pistas da sua identidade. Quando começou a escrever os poemas, o autor aproximava-se dos 50 anos de idade, conforme revela na décima quinta estrofe do Terceiro Ramalhete

XV

Nunca a lembrança do Inferno
Fez esta alma estremecer,
Nem meu coração tremer
O vosso poder eterno:
Mas sempre do stygio Averno
Sorvendo as lobregas fezes
Quasi, oh Deus! seiscentos mezes
Por palavras, pensamentos,
Por obras a milhar centos,
Pequei, não tem conto as vezes.
(SOL POSTO, 1807, p. 49)

No Quinto Ramalhete, contudo, o autor já completara seiscentos meses, ou 50 anos:

LIII.

Jurei por varios modos muitas vezes
Mentiras falsidades, e quimeras,
E como assim passei seiscentos mezes
Té ao tempo premente destas eras,
Só poderá contar minha maldade
O Ceo, o justo Ceo, he bem verdade.
(SOL POSTO, 1807, p. 157)

Flores Celestes foi impresso em meados de 1807, certamente antes dos tumultos políticos que varreram Portugal nos últimos meses daquele ano. É possível que seu autor lhe tenha preparado os poemas pelo menos um ano antes, em 1806. Então é presumível que ele tenha completado 50 anos em meados de 1806, mas certamente isso ocorreu entre a redação dos Ramalhetes Terceiro e Quinto.

O autor do *Flores Celestes* revela que assistiu ao incêndio que destruiu a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em 1788. Entre as páginas 179 e 185 do livro de Sol Posto foi editado um poema dedicado “*Ao Sagrado Templo da Veneravel Esclarecida Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade da Bahia, deplorado pelo incendio de sexta feira Santa, depois da*

meia noite antecedente, a 21 de março de 1788”. Ao descrever o pânico e a comoção gerados pelo incêndio, o autor coloca-se como testemunha ocular:

I.

Contra os mortaes o justo Ceo irado,
A Terra pavorosa em alvoroço,
O Fogo crepitante, e accelerado,
Para os olhos, que virão o destroço,
E desordem da Ordem Carmelita,
Que assombro! pasmo! horror! que scena afflita!
(SOL POSTO, 1807, p. 180)

No mais, o autor parecia estar às portas da morte. No Ramalhete Terceiro refere-se a si mesmo como “moribundo, e arrependido”. A proximidade da morte deve tê-lo motivado a escrever um livro de poemas piedosos, e as confissões comprometedoras devem ter sido escritas em razão de o autor acreditar que não viveria por muito tempo.

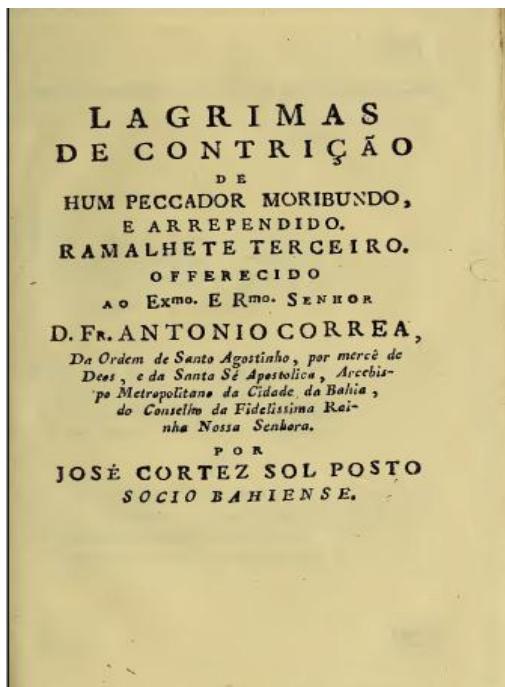
Quem seria o autor do *Flores Celestes*? Pesquisando os arquivos baianos, não encontramos qualquer referência a algum José Cortez Sol Posto. Foram vasculhados os arquivos notariais, judiciários, e nem um indício surgiu. Seu nome nunca tramitou pelo Conselho Ultramarino e não consta em documentos do Arquivo Municipal. Nenhum autor contemporâneo o referencia ou menciona. Não aparece em nenhuma lista de subscritores de obras publicadas àquela época. Nem mesmo havia uma família com o sobrenome Sol Posto, na Bahia, em fins do século XVIII. José Cortez Sol Posto seria, então, um pseudônimo!? Sendo este o caso, quem seria o verdadeiro autor do *Flores Celestes*? Qual o significado do livro? Duas perguntas e poucos indícios. Mas há indícios, e é necessário examiná-los para, primeiro, resolver a questão que envolve a autoria do *Flores Celestes*.

Comecemos pelo prenome “José”. Duas passagens do *Flores Celestes* sugerem que, *de facto*, esse era seu verdadeiro nome de batismo. Primeiro ele afirma: “Eu, vil José”; em outra ocasião revela: “O Grande Santo José Patrono que é” (SOL POSTO, 1807, pp. 67 e 72).

O sobrenome “Cortez”, por outro lado, parece ser parte de um anagrama. Cortez, ou Corte, pode ser lido como uma referência implícita à sede da monarquia de Portugal: Lisboa.

Partindo desse anagrama e das informações positivas apresentadas ao longo dos poemas, podemos reunir os elementos que revelam a possível identidade de José Cortez Sol Posto. 1 – circulava no meio literário da época; 2 – Completou 50 anos enquanto redigiu os poemas, por volta de 1806; 3 – era baiense; 4 – assistiu ao incêndio da Igreja da Ordem Terceira do Carmo em 1788; 5

– seu prenome era, decerto, José; 6 – seu sobrenome faz referência à capital portuguesa. Após investigar os principais escritores baienses do período, o único nome que enquadra todos os elementos do conjunto acima é o de José da Silva Lisboa que, anos depois, receberia o título de Visconde de Cairú. Examinemos os pontos acima.



Primeiro, José da Silva Lisboa circulava nos meios literários desde fins do século XVIII, visto que publicara o *Direito Mercantil e leis de marinha*, cujos dois primeiros tomos foram publicados na Impressão Régia em 1798 – reeditados, em 1801, em sete tomos. Esta publicação inaugurou sua carreira de publicista, transformando-o, segundo a definição de Rubens Borba de Moraes, num “escrevinhador pertinaz”. Silva Lisboa publicara, ainda, seus *Princípios de Economia Política* (1804), o primeiro livro em língua portuguesa que veiculou os ideais da economia política clássica. Ainda no Reino, teve parte de sua obra impressa por frei José Mariano da Conceição Velloso, na Tipografia do Arco Cego. Aliás, o impressor Simão Thaddeo Ferreira, o mesmo do *Flores Celestes*, foi responsável por imprimir os primeiros livros de Silva Lisboa, pois administrou a Impressão Régia até 1803.⁴

O contato de José da Silva Lisboa com os principais impressores de sua época também se estendeu à América portuguesa, após a liberação da imprensa na colônia. Era uma das figuras mais influentes, senão a mais, da Impressão Régia do Rio de Janeiro. Há indícios de que José da Silva Lisboa e Manoel Antonio da Silva Serva se conheceram. A Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva imprimiu duas obras sobre economia, de sua autoria, em fins de 1811 e princípios de 1812. Nesse mesmo ano, o tipógrafo requereu, por meio da Real Junta de Comércio, no Rio de Janeiro,

um empréstimo ao governo. O requerimento tramitou entre 1812 e 1813, e um dos signatários para a concessão foi José da Silva Lisboa (IPANEMA, 1977, pp. 55 e 65). O filho mais velho de Cairú, Bento da Silva Lisboa, oficial da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, publicou na Silva Serva o *Compendio da Obra de Adão Smith a Riqueza das Nações*, no mesmo período em que foram impressos o *Affectos* e o *Flores Celestes* (Idade d’Ouro, 1812, ed. 29).

Em segundo lugar, José da Silva Lisboa fez exatamente 50 anos no dia 16 de julho de 1806, pois nasceu a 16 de julho de 1756, filho de Henrique da Silva Lisboa, um arquiteto lisboeta, e Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Além de ter mencionado os “seiscentos meses”, o autor confirma sua idade em outra estrofe do Ramalhete Quinto:

LXXXIV.

Cincoenta annos, hum só de seus momentos,
Confesso, que n’hum lobrego lethargo,
Assenso nunca dei aos Mandamentos,
Assim como quem dorme a sonno largo;
Mas ja do Ceo, que tanto me ha bradado,
Estou as suas vozes acordado.
(SOL POSTO, 1807, p.168).

Acerca do terceiro ponto, não restam dúvidas de que Silva Lisboa nasceu na cidade do Salvador, ou como ele mesmo a intitulou numa oração manuscrita dirigida à Rainha D. Maria, em 1786, “Soteropoli Brasiliensi” (AHU, Doc. 12.108).

No que toca ao quarto ponto, José da Silva Lisboa estava em Salvador no ano de 1788, quando a Igreja da Ordem do Carmo queimou. Foi naquele mesmo ano que ocupou a cadeira régia de gramática latina. Aliás, a Virgem do Carmelo e a própria Ordem de Nossa Senhora do Carmo ligavam-se à história de José da Silva Lisboa. Segundo informação de José da Silva Lisboa, seu neto homônimo que ainda vivia em 1881, Cairú era devoto da Virgem do Carmelo “aos pés de cujo altar foi sepultado no Rio, no Convento do Carmo” (DUTRA, 1943, p. 8 e 20). Ainda segundo seu neto, o Visconde de Cairú na velhice desejou regressar para a Bahia e ser sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da sua terra natal. Passou despercebido a todos seus biógrafos que Cairú nasceu a 16 de julho, ou seja, o mesmo dia em que a Igreja Católica celebra a festa de Nossa Senhora do Carmo, e a data do seu nascimento deve guardar a origem da sua devoção. Sua ligação com Nossa Senhora do Carmo iria, contudo, além da devoção católica. No convento dos carmelitas em Salvador estudou, desde os oito anos, filosofia, música e piano. Por sua particular devoção e por

sua formação inicial, ainda da juventude, a visão do incêndio na Igreja da Ordem Terceira dedicada a sua padroeira deve tê-lo motivado a escrever o poema em memória do trágico episódio.

O autor do *Flores Celestes* afirmara estar moribundo à medida que redigia os poemas. Nesse ponto há uma contradição, pois José da Silva Lisboa viveu até 1835, chegando aos 79 anos. Não obstante, o próprio Visconde de Cairú revelaria, décadas depois, a resposta para essa questão. Sua saúde, aparentemente, não era das melhores. Em 1802, pediu licença ao Conselho Ultramarino para ir ao Reino continuar a impressão de suas obras e visitar novamente as Caldas, “pela molestia que padece de estomago e cabeça” (AHU, Cx. 225, Doc. 15.590). Seus problemas de saúde, contudo, agravaram-se. Nas atas da Assembleia Constituinte, em referência ao ano de 1808, afirmou “estranhei o clima (do Rio de Janeiro) e tive uma moléstia mortal, em que estive a descer à sepultura, abandonado pelos médicos. Mas graças ao céu, não só ressurgi, estando antes tuberculoso, mas até adquiri novo vigor” (PINTO, 1880, p. 206). Ao acompanhar D. João VI ao Rio de Janeiro, Silva Lisboa contraiu tuberculose. Já não estaria doente antes de ir para o Rio de Janeiro? Os médicos o desenganaram e, segundo ele próprio, sua recuperação deveu-se antes à Providência do que à medicina da sua época.

Por fim, José Cortez pode ser lido como um anagrama para Jozé da Silva Lisboa. Sabe-se que Cairú assinava o seu prenome com “z” e não com “s”. Retirando a última letra de “Cortez” e substituindo-a pelo “s” temos o seguinte anagrama “Jozé S. Corte”, ou “Jozé da Silva Lisboa”. Esse anagrama, ironicamente, perdeu sentido no mesmo ano em que o livro foi publicado, visto que a Corte foi transferida para a América portuguesa em fins de 1807. Tanto que, antes mesmo da segunda edição ser publicada por Manoel Antonio da Silva Serva, o livro reaparece no seu Catálogo de 1811 sem referência a José Cortez Sol Posto, mas ao “Cigano da Bahia”.

Apesar de não encontrar nenhum exemplar do *Flores Celestes* impresso na Bahia, a transferência da Corte explicaria os motivos de seu autor modificar o nome de José Cortez Sol Posto para o pseudônimo Cigano da Bahia. Cigano, segundo o lexicógrafo Antonio de Moraes Silva, amigo de Silva Lisboa, era um adjetivo usado para definir a pessoa “que engana com arte, sutileza, e bons modos” (SILVA, 1813, p. 396). E foi isso que “Sol Posto” fez no título de seu livro: enganou com sutileza. Além disso, cigano caracteriza um indivíduo que não se fixa muito tempo em um único lugar. José da Silva Lisboa foi enviado aos 18 anos para a capital de Portugal, onde completou seus estudos com o renomado gramático Pedro José da Fonseca. Logo depois ingressou na Universidade de Coimbra para frequentar cursos jurídicos e filosóficos. Passados quatro anos, em 1778, a Universidade reconheceu sua proficiência em hebraico e grego e concedeu-

lhe a condição de professor substituto destas línguas; um ano depois, obteve, na mesma instituição, o bacharelado em direito canônico e filosofia. Foi nomeado professor de filosofia racional e moral, para a cidade de Salvador, cuja cadeira assumiu (1780), foi titular nos 17 anos seguintes e jubilado (1797) a seu próprio pedido.

Novamente em Portugal, foi designado secretário da Mesa de Inspeção Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia (1797-1808), organismo que regulamentava os preços dos produtos agrícolas, o que lhe permitiu conhecer melhor os problemas econômicos da colônia. Voltaria a Lisboa ainda em 1802. Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi nomeado membro da Mesa do Desembargo do Paço, tornando-se censor da Impressão Régia do Rio de Janeiro a 24 de junho de 1808. Cigano da Bahia seria o primeiro pseudônimo de José da Silva Lisboa.

José da Silva Lisboa estabeleceu ligações com os quatro indivíduos a quem os ramalhetes do *Flores Celestes* foram dedicados. O primeiro, Fr. Bento da Trindade, nascido na Bahia em 1762, também estudara em Coimbra, onde se doutorou em teologia (TRINDADE, s/d). Entre 1802 e 1808, dirigiu o Seminário de Olinda, seguindo para o Rio de Janeiro onde se tornou Pregador Régio. Quatro sermões tiveram prelo na Impressão Régia do Rio de Janeiro, sendo que pelo menos um teve as licenças de publicação concedidas pela Mesa do Desembargo do Paço, ou seja, pelo censor José da Silva Lisboa.

O segundo Ramalhete foi dedicado ao Arcebispo D. Fr. Antonio Correa. Por informação do Chanceler da Relação da Bahia, sabe-se que José da Silva Lisboa costumava realizar anualmente, nos atos públicos, demonstrações dos seus discípulos “perante as pessoas Doutas, e Religiosas desta mesma cidade (que) tem dado a conhecer o grande proveito que lhes Rezutta das Lições de hum semilhante Professor” (AHU, Cx. 204, Doc. 14.637).

É de notar que os indivíduos a quem foram dedicados os dois últimos ramalhetes foram predecessores imediatos nos cargos que José da Silva Lisboa ocupou até 1807. O quarto Ramalhete foi dedicado ao presidente da Mesa de Inspeção da Bahia, Felippe José de Faria, que viveu na Bahia entre 1784 e meados de 1796 (AHU, Cx. ?, Doc. 11.631; AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 13.670; APEB, Vol. 80, Doc. 65; AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 19.712). No ano seguinte, José da Silva Lisboa, na condição de letrado, foi nomeado Secretário da Mesa. Segundo Tereza Kirschner,

Um novo cargo de deputado foi criado especialmente para ele. Até então, com exceção de um desembargador que exercia cumulativamente a presidência da Mesa e a Intendência Geral do Ouro [Felippe José de Faria], os demais deputados eram

representantes do comércio e da agricultura. A presença de mais um deputado letrado, funcionário da Coroa, revela a intenção do governo de exercer maior controle sobre o comércio da capitania. (KIRSCHNER, 2009, pp. 78 e 86).

O quinto Ramalhete foi dedicado a Manoel de Almeida Maciel que, para além da carreira eclesiástica na Sé da Bahia, ocupou o cargo de Professor Régio de Filosofia Racional (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 29.510 e 24.686[anexo]). Figurava entre os principais intelectuais da Bahia e proferiu a oração que celebrou o estabelecimento das cadeiras de ensino régio pelo governador D. Fernando José de Portugal (MACIEL, 1775).⁵ Além dessa oração, deixou impresso um dos seus sermões, em louvor à monarquia portuguesa, pregados na Sé da Bahia (MACIEL, 1777). Quando, porém, foi provido por D. Maria I ao cargo de deão da Sé, não pôde conciliar a docência com a investidura.

Assim, a 29 de novembro de 1782, José da Silva Lisboa foi nomeado para o cargo Professor Régio de Filosofia Racional e Moral que “se acha vago por estar provido no emprego de deão da metrópole da dita cidade Manoel de Almeida Maciel” (AHU, Cx. 204, Doc. 14.637). Manoel de Almeida Maciel faleceu na sua terra natal a 17 de agosto de 1815 (SILVA, 2000, p. 450), mas foi sua promoção em 1782 que possibilitou a consolidação da carreira docente de José da Silva Lisboa.

Restam duas questões: o significado de Sol Posto e o fato de o autor se denominar, abaixo de cada Ramalhete, “SOCIO BAHIENSE”. Aliás, sócio do quê? Decerto, seria de alguma agremiação literária ou científica portuguesa, visto que em 1807 não havia no Brasil qualquer associação deste tipo, desconsiderando-se que houvesse alguma clandestina. Uma Sociedade Bahiense dos Homens de Letras teve seus estatutos escritos por Luís Antônio de Oliveira Mendes apenas em 1810, três anos depois da publicação do *Flores Celestes*. Ademais, não há sentido em denominar-se “SOCIO BAHIENSE” de alguma agremiação com sede na capitania da Bahia, onde a maior parte seria de naturais da terra. Por essa razão e pela falta de alternativas, o autor do *Flores Celestes* deveria ser associado a algum grupo intelectual estabelecido em Portugal.

A primeira instituição a ser considerada, então, é a Real Academia de Sciencias de Lisboa, que possuía, entre seus quadros, diversos intelectuais bahienses, tal como o sócio efetivo Alexandre Rodrigues Ferreira, formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Havia também os sócios correspondentes José Lino Coutinho, formado na Universidade de Coimbra e Lente de Medicina da Bahia.

A filiação de José da Silva Lisboa ao quadro de correspondentes da Real Academia de Sciencias é uma questão incerta. Sabe-se que seu irmão, Baltazar da Silva Lisboa, autor de obras

sobre fisiocracia, era sócio correspondente daquela instituição; sabe-se também que José da Silva Lisboa, desde meados de 1780, correspondia-se frequentemente com as principais figuras da Real Academia, a exemplo de Domenico Vandelli. Tereza Cristina Kirschner acena a possibilidade de ele ter sido sócio correspondente, apesar de as listas com os nomes destes terem sido publicadas somente a partir de 1815 (KIRSCHNER, 2009, p. 56).

“Sol Posto”, terceiro e quarto sobrenomes, é passível de duas interpretações. Primeiro, aponta para o significado de Sol Posto enquanto um sinal de mudança. O próprio José da Silva Lisboa assinalou o ocaso do Sol como um símbolo (ou tempo) de transição na história das civilizações e na vida dos homens. Em 1804, três anos antes do *Flores Celestes*, José da Silva Lisboa afirmou que “A Historia atesta que o curso da prosperidade humana não he de longo periodo, e tem, como o Sol, seu Oriente, Zenith, e occaso; de sorte que depois de certo tempo, faz-se preciso recomeçar a carreira” (LISBOA, 1804, p. 03). “Sol Ocaso” deriva da expressão latina “Solis Occasum”, também pode ser traduzida como “Sol Posto”.

A segunda e mais controversa interpretação, que não exclui a primeira, pode indicar a função que o autor ocupava ou ocupou nos quadros da maçonaria na Bahia, visto que “Sol Posto” ou “Sol Poente” é parte dos ritos e da simbologia das lojas maçônicas. Para entender esta afirmação é necessária uma leitura dos símbolos maçônicos representados pelo compasso e pelo esquadro. O esquadro com as pontas voltadas para cima indica o céu, para onde deve o iniciado maçom dirigir constantemente suas duas hastas; o compasso com as pontas voltadas para baixo e com o seu eixo representa os raios que devem irradiar superiormente, tal como o disco solar. No Templo maçônico, o Sol está representado nas pessoas do Grão Mestre (sol nascente), 1º Vigilante (sol poente) e o 2º Vigilante (sol meridiano) (FIGUEIREDO, p. 483).

Em volta do Altar dos Juramentos colocado no centro do Templo e delimitando o Pavimento Mosaico, este local do Templo onde não se pode adentrar por ser considerado consagrado, há três velas postas sobre altos candelabros. Tais candelabros têm recebido várias interpretações, inclusive a de que correspondem ao Sol Levante, ao Sol do meio-dia e ao Sol Poente, representados também nos três Oficiais principais da Loja: Grão Mestre, o 1º Vigilante e o 2º Vigilante. Durante os ritos ocorre o seguinte diálogo:

Venerável: Onde tem assento o Irmão Primeiro Vigilante?

Segundo Vigilante: No ocidente, Venerável Mestre.

Venerável: para que ocupais este lugar, Irmão Primeiro Vigilante?

Primeiro Vigilante: Assim como o sol se ocupa no ocidente, para terminar o dia, assim aqui, tenho assento para fechar a Loja, pagar os Obreiros e despedi-los contentes e satisfeitos.

(FIGUEIREDO, p. 137; GARIBALD, 2007, p. 26).⁶

Nesse caso, o sobrenome Sol Posto seria um indício de que José da Silva Lisboa era uma das principais figuras dos círculos maçônicos que ganhavam mais expressão no Brasil do século XVIII. Em relação à capitania da Bahia, há suspeitas de que as primeiras lojas maçônicas estavam envolvidas nas principais agitações políticas daquele período.

Os ramalhetes do *Flores Celeste*, somados a esse conjunto de indícios, permitem afirmar que esse livro assinalou o momento de transformação na vida do seu autor. As luzes da razão deram lugar à luz da fé. É possível perceber, também, essa transformação na vida de José da Silva Lisboa que, de suspeito de envolvimento com conspiradores, tornou-se ferrenho defensor do Trono e do Altar.

José da Silva Lisboa e a conjuração dos alfaiates

Considerando-se José da Silva Lisboa o autor do *Flores Celestes*, é necessária uma leitura polissêmica desse livro. Numa estrofe do Ramalhete Quinto, o poeta revela que:

LXXX.

Chegou a tanto minha cruidade,
Que contra, o Rei humano, que me destes,
Mil Vezes, conspirei co' a má vontade,
Como Philopator, com Ervegestes:⁷
Confesso meu horror, ó Deos Clemente!
Pequei, Senhor, pequei louco, imprudente.
(SOL POSTO, 1807, p. 166)

Uma conspiração contra o Rei humano significa uma conspiração contra a monarquia portuguesa. Teria José da Silva Lisboa participado de alguma conspiração? Desde 1922, os historiadores da Conjuração dos Alfaiates discutem a possibilidade de José da Silva Lisboa ter participado da conspiração que teve lugar na Bahia em 1798. Luís Henrique Dias Tavares afirmou, contudo, que “nada justifica a inclusão ou lembrança de inclusão (de José da Silva Lisboa) entre os inspiradores ou participantes do movimento de 1798” (TAVARES, 2005, p. 74).

Uma releitura de documentos já conhecidos e a análise de outros manuscritos lançam novas luzes sobre essa questão. Há indícios que ligam José da Silva Lisboa e seus parentes próximos aos

envolvidos na sedição intentada na Bahia em 1798 e, portanto, ao círculo das sociedades iniciáticas bahienses daquele período. É necessário, entretanto, resumir a história da Conjuração dos Alfaiates.

Em junho de 1798, o governador D. Fernando José de Portugal foi surpreendido por uma carta do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho datada de 2 de março, na qual remeteu “huma denuncia de varias pessoas que parecem infectas de principios Jacobinos”. D. Rodrigo ordenou ao governador da Bahia “que tomado conhecimento do facto e achando-o verdadeiro, proceda contra elas com a maior severidade” (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 18.360). Ainda em junho, o governador respondeu ao Ministro que “não tem sido constantes aquelles factos que em confuso se apontão na denuncia, sem se declararem os nomes das pessoas que os obrarão”. D. Rodrigo havia (propositadamente) suprimido o nome dos suspeitos de conspiração. O governador afirmou que “por cautella tenho chamado algumas vezes á minha presença hum ou outro mancebo, só por me dizerem que pensa com mais liberdade ou com menos instrucção nos verdadeiros principios da religião”.

D. Fernando José demonstrava alguma preocupação “com correios da Europa e gazetas inglezas, que não são proibidos (...) mas nem por isso se tem aqui introduzido principios jacobinos, nem especie de sociedade ou ajuntamentos perniciosos”. O governador encerrou seu ofício afirmando “o desejo que tenho de não dar corpo á cousas, enquanto ellas o não merecem” (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 18.360). Ingenuidade política ou envolvimento com o movimento que estava sendo planejado?

A Conspiração dos Alfaiates veio à tona a 12 de agosto de 1798, quando os integrantes se precipitaram, distribuindo os panfletos sediciosos nas portas das igrejas da cidade. Alertadas, as autoridades reagiram, detendo o escrivão Domingos da Silva Lisboa, que foi interrogado e delatou os demais envolvidos. O processo contra os conspiradores estendeu-se por quase dois anos e, diferentemente da Inconfidência Mineira, ficou sob a alçada do Tribunal da Relação da Bahia. Estavam envolvidos na Conspiração: João de Deus, alfaiate, pardo livre, cabo da esquadra do segundo regimento de milícias; Luiz Gonzaga das Virgens, pardo livre, neto de português e de uma escrava; Manoel Faustino dos Santos Lira, pardo forro, alfaiate; Lucas Dantas d’Amorin, soldado pardo; Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, tenente do 2º regimento da tropa militar paga; o tenente Oliveira Borges; Cipriano Barata, cirurgião e proprietário de lavouras de canas, bacharel em filosofia pela Universidade de Coimbra e que possuía uma biblioteca considerável, com livros de filosofia, medicina e ciências naturais; José Raimundo Barata, irmão deste, também foi arrolado no processo. Também aparecem os nomes de Francisco Moniz Barreto de Aragão, professor régio de

gramática latina e membro de uma família influente no Recôncavo; do Padre Francisco Agostinho Gomes, rico comerciante, e do Cônego Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. Os nomes destes dois últimos foram afastados das acusações após pressões do governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, que tratou de colocar toda a culpa na “classe de homens pardos” (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 19.326).⁸

Mesmo que *Flores Celestes* seja atribuído ao visconde de Cairú, não há provas de que José da Silva Lisboa estivesse envolvido na Conspiração dos Alfaiates. Há, não obstante, muitos indícios. O mais contundente é um controverso bilhete publicado em 1922 por Francisco Borges de Barros, assinado por alguém que se chamava “Silva Lisboa” que, de ilha de Maré, escrevera para Cipriano Barata alertando para que

Não deixe de acclamar logo o chefe da republica bahiana. No estado em que se acha Portugal devemos aproveitar a occasião para proclamar a independencia da Capitania. Já deve estar na barra hua esquadra franceza que vem ao nosso auxilio, e deve estar avisado o professor do Rio de Contas, que traz a expedição de 1.000 homens. Ninguém há de lhe dizer a verdade como eu, nem interessar-se tanto pelo bem público. Já o José Pires Albuquerque lhe deve ter comunicado a resolução dos nossos amigos do Recôncavo. Tenha cuidado com Frei José e Frei Francisco na disputa que mantem quanto ao querer cada qual ser o chefe da igreja. Por carta de Marcellino Antonio sei que está firme. Estou a escrever os artigos do programma de governo (BARROS, 1922; RUY, 1942, p. 70-71).

István Jancsó protestou que “esse documento nunca foi localizado, e é geralmente aceito que nunca tenha existido” (JANCSÓ, 1996, p. 191). Por Francisco Borges de Barros não dar indicações positivas de onde encontrou esse documento, tal escrito foi, posteriormente, visto sob suspeitas, mas sem qualquer exame do seu conteúdo. Além disso, Kátia Mattoso afirma, ainda, que “nada indica que o signatário [desse bilhete] fosse José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairú” (MATTOSO, 1969, p. 34). Assim, mesmo que o documento fosse localizado em algum arquivo, outro “Silva Lisboa” poderia tê-lo redigido, não sendo necessariamente seu autor o futuro Visconde de Cairú. É preciso ler as entrelinhas do controverso bilhete.

O escrivão Domingos da Silva Lisboa, por exemplo, foi o primeiro implicado no processo dos Alfaiates. Consta nos Autos da Devassa que foram apreendidos com Domingos quatro cadernos manuscritos que continham discursos antirreligiosos. Tratava-se de pouco mais das três primeiras seções do longo capítulo 22 de *As ruínas ou meditações sobre as revoluções dos impérios* (1791), o antepenúltimo da obra, intitulado “Origem e filiação das idéias religiosas”, no qual Volney - nome literário de Constantin-François Chasseboeuf (1757-1820) - conduz seu argumento à questão central

do papel que a intolerância e o fanatismo gerados pelas religiões exercem na derrocada dos impérios.⁹ Não parece, contudo, que tivesse a competência necessária para escrever um programa de governo.

Um rico negociante de Salvador, Antonio da Silva Lisboa, acreditava que Affonso Ruy era o signatário do bilhete (RUY, 1942, p, 118). Este nasceu em 1746, e em 1797 era Administrador Geral dos Contratos dos Dízimos Reais da Bahia, morador no Largo da Quitanda de São Bento. Não é certo que tenha parentesco com José da Silva Lisboa, mas Andrée Mansuy Dinis Silva afirma que aquele homem de negócios era irmão de Cairú. Numa carta, Dona Gabriela de Sousa Coutinho, esposa de D. Rodrigo, a 27 de dezembro de 1808 afirma que “o marquês de Belas (...) protegeu um homem de muito mérito, (José da) Silva Lisboa, deu-o a conhecer ao príncipe, disse-lhe que o devia levar consigo, fazê-lo lente de uma nova cadeira de economia política”. O marquês de Belas, protetor de Cairú, circunstancialmente se encontrava hospedado na casa de Antonio da Silva Lisboa (SILVA, 2006, pp. 209-210; AHU, Catálogo Eduardo Castro, Cx. 221, Doc. 15.429). Segundo Tomás Antonio Vila Nova, num documento publicado por João Capistrano de Abreu, foram José da Silva Lisboa e Antonio da Silva Lisboa que, juntos, articularam a abertura dos portos em janeiro de 1808. Em 1811, compôs, novamente ao lado de José da Silva Lisboa, sob a presidência do Conde de Aguiar, a Real Junta de Comércio no Rio de Janeiro (ALMANAQUE, 1811). Antonio da Silva Lisboa era um comerciante influente, mas não há indícios de que tivesse capacidade para escrever um programa de governo para a Conjuração de 1798.

Na Bahia, um dos (senão o único) Silva Lisboa que possuía formação jurídica, a prática da administração pública e o conhecimento necessário para escrever um programa de governo, seria José da Silva Lisboa. Apesar de a existência da missiva acima não poder ser confirmada em pesquisa arquivística, o exame minucioso do seu conteúdo aponta que não se trata de um documento forjado e que seu signatário seria, realmente, o Visconde de Cairú.

Primeiro, a afirmação de que “Por carta sei que Marcelino Antonio está firme”. O nome de Marcelino Antonio passou despercebido por todos os historiadores da Conjuração. Seu nome de batismo é Marcelino Antonio de Sousa, e a referência a ele não poderia ser extraída dos *Autos da Devassa*, pois ele não fora sequer mencionado nesses documentos e, portanto, seu nome não consta no conjunto documental editado, em dois volumes, pelo Arquivo Público do Estado da Bahia em 1998. A documentação que o envolveu, apesar de ser também julgada pelo Tribunal da Relação da Bahia, tramitou pelo Conselho Ultramarino, onde permanece manuscrita.

Antes da publicação dos manifestos subversivos, Sousa Coutinho havia recebido em Lisboa uma carta do padre José da Fonseca Neves, datada de 3 de maio de 1798, na qual acusava o cirurgião Cipriano Barata e o músico Marcelino Antonio de Sousa, ambos assistentes na freguesia de Nossa Senhora do Monte e lavradores de cana nos engenhos de Inácio de Siqueira Bulcão, de serem partidários de “um sistema contrario ao decoro geral e ao de Jesus Christo e de sua Majestade”. José da Fonseca Neves afirmou ainda que ambos “erão homens faltos de Religião, e de Vassalagem, destituidos daqueles verdadeiros princípios que deve seguir hum bom vassalo”. O Arcebispo D. Antonio Correa, em carta a D. Rodrigo, considerou Cipriano “um libertino” e já havia ordenado a prisão dele antes mesmo das informações enviadas pelo Ministro, mas

Pelo que toca a Marcelino Antonio de Souza, devo dizer a V. Ex.^{cia} que o conheço muito bem, vivendo atégora da Arte da Muzica em q he perito, sem que a minha presença chegassem queixas contra elle, nem a respeito de soltura da lingoa, nem de falta de Religião, comportando-se antes com muito bom procedimento conceito que mereceo geralmente a todos que o conhecem, e sem embargo de ser homem pardo, posto que de côr bastante desfarçada, sem alguma consternação naquelas caças em que tem entrada (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Cx. 48, Doc. 19.222).

No conjunto de documentos do Arquivo Ultramarino, há um requerimento escrito pelo próprio Marcelino de Sousa para “se defender das intrigas do Padre José da Fonseca Neves”. Há, também, algumas certidões passadas por figuras de relevo da Bahia que se apressaram em defender o músico pardo (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Cx. 113, Doc. 22.250). Inclusive, uma certidão do governador D. Fernando José de Portugal, seguida por outra assinada pelo próprio José da Silva Lisboa (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Cx. 113, Doc. 22.251 e 22.252). Essa certidão comprova que Marcelino Antonio de Sousa e José da Silva Lisboa não apenas se conheciam, mas eram muito próximos.

O coronel José Ignacio Accioli de Vasconcelos Brandão testemunhou que Marcelino Antonio de Sousa “tem franco acesso no Palacio do Illustrissimo e Excelentissimo Governador e Capitão desta Capitania e igualmente em todas as caças principaes” (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Cx. 113, Doc. 22.256). Isto leva a outra questão controversa e implícita na carta supra, que é a suposta participação de D. Fernando José de Portugal na Conspiração. Seria ele “o chefe da república bahiana” a quem a carta de Silva Lisboa fazia referência? É de estranhar que D. Rodrigo, mesmo com o apelido de “Relógio Adiantado”, soubesse do que se passava na Bahia antes mesmo do governador. Aliás, porque os delatores fizeram as denúncias a um ministro em Lisboa, e não ao

governador residente em Salvador, sendo que para falar com este bastava se dirigir ao palácio de governo?

Manuel Faustino dos Santos, o Lira, delatou que “o Governador seria o Presidente do mesmo governo de igualdade, e que se devia conservar as Pessoas de Letras e tudo pertencente a Religião por Política a fim de evitar huma guerra civil” (AUTOS, p. 672-673). Um dos denunciantes da conspiração, o pardo forro Joaquim José da Veiga, informou que parte do plano consistia em “constranger (...) o Governador (...) a seguir esta mesma facção, e no cazo de resistência mata-lo” (AUTOS, p. 911). Segundo o escravo pardo José Felix da Costa, os escravos da casa do secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque murmuravam que o governador “Sabe disso, e convem; porem não quer que se saiba”. Outro denunciante, Joaquim José de Santa Anna, afirmou que ouvira falar do envolvimento de “pessoas circunstanciadas”, e que o governador “seguiu o mesmo partido da dita rebelião”, chegando a perguntar: “Que fazem esses malditos povos, que já se não levantarão? Para quando se guardão?” (AUTOS, p. 914 e 925). Óbvio é que todas as testemunhas negaram crédito aos boatos que envolviam o nome do governador.

No dia 22 de agosto, depois da prisão de alguns dos acusados, uma mulher achou duas cartas no interior da igreja de Santa Teresa, as quais foram enviadas pelo Prior, Frei José do Monte Carmelo, ao governador, Dom Fernando José de Portugal. Uma, endereçada ao governador, o proclamava Presidente do Supremo Tribunal da República. A outra, dirigida ao Prior, dizia tê-lo escolhido, em plebiscito de 19 daquele mesmo mês, para general em chefe da Igreja Bahiense.

Em Lisboa, contudo, D. Rodrigo de Sousa Coutinho desconfiava de que D. Fernando José de Portugal pudesse estar ligado aos conspiradores baienses. A carta que o Ministro o enviou a 14 de outubro, além de apontar Francisco Agostinho Gomes como suspeito, deu apenas duas opções ao governador:

Repto novamente a V.^a S.^a de ordem de S. Magestade que premio e castigo são dois pólos sobre que estriba toda a maquina politica, e que no momento presente toda a vigilancia contra os máos hé indispensavel e absolutamente necessária, e que V.^a S.^a será responsavel de toda a frouxidão que houver na exacção destas reaes ordens (BARROS, p. 14-15).

O bilhete de Silva Lisboa para Cipriano Barata menciona a disputa entre dois frades para a chefia da Igreja Bahiense. Quem seriam Fr. José e Fr. Francisco? A primeira pista estava na casa de Domingos da Silva Lisboa, onde foram confiscados papéis que apontavam o Prior dos carmelitas descalços como chefe da Igreja. O Prior era Fr. José do Monte Carmelo (1797-1799), autor de um

relato dos últimos dias dos quatro condenados à pena capital, que foi publicado por Luís Henrique Dias Tavares (TAVARES, 1975, pp. 121-137; TAVARES, 2003, p. 73-74).

O professor de Rio de Contas mencionado na carta de Silva Lisboa é Francisco Moniz Barreto de Aragão, que ministrava as aulas de gramática latina na referida comarca. A este filho de uma nobre família do Recôncavo liga-se a misteriosa figura de ‘hum moço de Pernambuco, chamado Jozé Porfirio’. Segundo o depoimento de Moniz Barreto, esse pernambucano teria sido o responsável por divulgar entre os conjurados de Salvador as cópias das quadras à Igualdade e Liberdade, escritas por um frade carmelita de Pernambuco:

Igualdade e liberdade
No sacrario da razão
Ao lado de sã justiça
Preenchem o meu coração.

Os desembargadores da Relação da Bahia não se preocuparam em averiguar as acusações contra José Porfirio. Os historiadores da conspiração de 1798 demonstraram dúvidas sobre sua real existência, acreditando tratar-se de uma figura fictícia inventada por Francisco Moniz Barreto para confundir as autoridades. Caso tivessem investigado, poderiam ter conhecimento de que o capitão José Porfirio de Freitas era ligado à maçonaria em Pernambuco e estava envolvido na conspiração que teve lugar naquela capitania em 1817 (AUTOS, p. 891; AHU, Cx. 241, Doc. 16.173).

Foi outro pernambucano, contudo, quem estabeleceu a ligação entre o nome do professor Francisco Moniz Barreto e o de José da Silva Lisboa. Conforme aquele professor de gramática latina declarou diante dos desembargadores, o Dr. Antonio Álvares de Figueiredo lhe emprestara uma cópia manuscrita de *As Ruínas*, de Volney, que foi apreendida junto com outros manuscritos em sua residência (AUTOS, p. 891). Um detalhe das ligações familiares do referido doutor passou despercebida por todos os historiadores da Conspiração de 1798. O pernambucano Antonio Álvares de Figueiredo, falecido a 22 de abril de 1797, era o pai de Anna Francisca Benedicta da Silva Lisboa, esposa de José da Silva Lisboa (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 21.112, 21.131 e 21.136). O Dr. Antonio Álvares, que morreu um ano antes da Conjuração, era sogro e amigo de José da Silva Lisboa. Isto confirma que pessoas da casa de Silva Lisboa mantiveram contato com os principais articuladores da Conspiração dos Alfaiates, inclusive divulgando manuscritos com ideais revolucionários francófilos.

Para terminar a análise da controversa carta apresentada por Borges de Barros, não restam dúvidas de que José da Silva Lisboa e Cipriano Barata, seu destinatário, se conheciam há muitos anos e nutriam ressentimentos pessoais de longa data. Um comentário feito por Cipriano Barata, trinta e três anos depois da Conspiração dos Alfaiates, portanto em 1831, dá uma ideia desse ressentimento:

[...] eu conheci como as palmas das minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete, e às vezes de vestes de ganga rotas e chinelos, o qual depois de vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai deste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniagem e rota; e em lugar de chapéu servia um pedaço de bamba-querê atado na cabeça, o qual também lhe fazia às vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão dele e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si os moleques, que o apupavam, etc. etc (BARATA, 1831).

Em meio ao discurso inflamado do Dr. Barata, permanece a dúvida de quais teriam sido as “traições à Pátria” perpetradas pelo Visconde de Cairú. Seja qual for o significado histórico das “traições” de Silva Lisboa, o fato é que o autor do *Flores Celestes* também afirma ter cometido traições, sem indicar qualquer sentido político específico a elas:

VI.
Eu fui, meu Jesus, o Judas,
Que com o beijo de paz,
Pela ambição do dinheiro,
Vos entreguei a Caifaz;

VI.
Sou quem da infame torpeza
Andou sempre atado ao carro,
Perverteo, sendo vil barro,
A ordem da natureza:
Sim , não rebuço a vileza
Do meu coração impuro ,
Pois com génio máo , e duro
Ao terno de vosso Amor,
Eu fui qual Judas traidor
Tão desleal, e perjuro.
(SOL POSTO, 1807, p. 38 e 45)

Outro ponto que parece comum a alguns homens que tomaram parte na Conspiração de 1798 é que professavam as confissões reformadas de Lutero e Calvino. Isso foi percebido por Luís

Henrique Dias Tavares, quando alterou a disposição das estrofes de um poema apreendido aos partidários do movimento de 1798. Segundo Dias Tavares, “O texto permite duas leituras. Lendo-se na horizontal é uma declaração de fé no catolicismo reformado. Lendo-se a primeira coluna na vertical é uma afirmação da fé católica e uma negação da reforma de Lutero” (TAVARES, 2003, p. 71).

Na horizontal:

De coração detesto a religião francesa. Perdidos considero a Calvino e Lutero. Por certo não tenho o sentido do Diálogo. Atribuo a delírio a doutrina de Lutero. Aborreço infinito ao poderoso Henrique. A missa e os altares em geral venero. A todos os Cristãos felicidade desejo. Ao vigário de Cristo prostrado reverencio. Estar Cristo na hóstia por grande verdade tenho. A pureza de Maria por mais certo. Ao Católico povo ditoso fim desejo.

Na vertical:

De coração detesto perdidos considero aos da minha nação obediência não confesso a Calvino e Lutero por certo não tenho o sentido do diálogo atribuo a delírio	a missa e o altar a todos os Cristãos felicidade desejo ao vigário de Cristo prostrado reverencio estar Cristo na hóstia por grande verdade tenho a pureza de Maria
a doutrina de Lutero aborreço ao infinito ao poderoso Henrique	por mais certo tenho ao católico povo ditoso fim desejo

O autor do *Flores Celestes* também se aproximou dos ensinamentos dos reformadores religiosos do século XVI, particularmente de Lutero e Calvino:

V.
Bem sei que com desatino
Vossos preceitos quebrei,
Té agora incauto observei
Os systemas de Calvino:
Confesso sempre ferino
Solicitei vosso aggravo
Que fui qual Lutero bravo
Que vossas Leis transgredio,
Q'ingrato de Vós fugio
Sou, meu Deos, aquele escravo.
(SOL POSTO, 1807, p. 44)

XCIX.

Se bem que agora sou como Palmáchio,
Então retrato fui de Celerino ,
Porque, como esse infame , e cru Almáchio,
Segui os documentos de Calvino,
Da Igreja os Ritos Sacros desdizendo ,
Da Lei, da Fé os Dogmas desfazendo.

CI.

Mas se té hoje monstro horrendo, e fero
Tenho a doutrina só de Ario seguido,
E a seita infame, e vil do ímpio Lutero,
Agora como Antrio convertido,
D’ alma o pezar, que o pranto está dizendo,
De todo hoje expressar a Deos pertendo.
(SOL POSTO, 1807, p. 173)

O nome “Sol Posto” é um indicativo de que o autor do *Flores Celestes* ocupara a função de 1º Vigilante numa loja maçônica na Bahia em fins do século XVIII e início do XIX. Desde os anos de 1780, José da Silva Lisboa afirmava que “seria vantajoso **o estabelecimento de huma sociedade litteraria**, em que fossem membros todos os proprietarios de terras deste paiz, os mais intelligentes, e além d’isto todas as pessoas curiozas e amantes do bem publico” (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 14.475). Em fins do século XVIII, o limite entre agremiações literárias e sociedades iniciáticas, como a maçonaria, era muito tênue. Há notícias de duas lojas estabelecidas na Bahia antes de 1807.

O historiador baiano Francisco Borges de Barros afirmou, em 1922, que no ano de 1797 foi estabelecida na Ponta da Barra a Loja Cavalheiros da Luz, responsável por articular uma fracassada tentativa de conjuração (BARROS, 1922, p.21). Borges de Barros, diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia e Grão-Mestre maçom, também não indicou a documentação que utilizara para afirmar isto. Kátia Mattoso, Luís Henrique Dias Tavares e István Jancsón tentaram sem sucesso confirmar a existência de uma Loja Cavalheiros da Luz fundada na Bahia. Uma denúncia feita pelo escravo José Felix da Costa revela, entretanto, “que naquela noite (de 25 de agosto) se achasse no Terreiro de Jezus; onde haviam de estar os mais da Sociedade que erão oitenta, bastantes para a empreza intentada” (AUTOS, p. 927).

É conhecido que José Silva Lisboa estabeleceria relações intelectuais com figuras da maçonaria, a exemplo do fluminense Antonio de Moraes Silva, que foi enquadrado nas inquisições de Coimbra e Lisboa sob suspeita de ser pedreiro-livre. Moraes Silva emprestou a Silva Lisboa, em

1796, um exemplar (ou uma tradução para o português) da obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, de Adam Smith, publicado originalmente em 1776 (BARATA, 2006, p. 60-64). A leitura de Adam Smith despertou nele um vivo entusiasmo pelo liberalismo econômico, ao qual aderiu tão irrestritamente que se tornou um dos seus mais conhecidos propagandistas em língua portuguesa do século XIX.

A 5 de julho de 1802, quatro anos após a Conjuração dos Alfaiates, foi criada a Loja Virtude e Razão (MELLO, 1922). O comerciante e maçom inglês Thomas Lindley, quando ancorou na Baía de Todos os Santos, a 27 de setembro de 1802, escreveu uma carta a Antonio da Silva Lisboa, demonstrando ter ligações com membros dessa família. Preso por suspeitas de contrabando, Lindley narrou sua fuga auxiliado por maçons da Virtude e Razão:

We now parted with those valuable friends who had thus materially assisted us in a country where their persons and property would have suffered severely had a discovery taken place; who exerted themselves from the purest motives of humanity and benevolence (the grand characteristics of the society to which they are so high an honour [freemasons]), thus forming a strong contrast to their degenerate and unenlightened countrymen. How can I express to them our sincerest, heartfelt, gratitude! (LINDLEY, 1805, pp. 42; 208-209).

Em agosto de 1803, ocasião em que a fuga de Lindley ocorreu, José da Silva Lisboa estava no Reino. Duas décadas depois, não obstante, quando era inimigo declarado das sociedades maçônicas, condenou aquela ação pretérita por meio da sua verve irônica:

Convém na atual conjuntura bem advertir-se na declaração que fazem ar de ingenuidade (...) dizendo, mui senhor de si, haver escapado da prisão (valha a verdade!) por auxílio de Pedreiros-Livres da cidade da Bahia; acrescentando que os irmãos da Ordem, que lhe deram escapula, ‘procederam pelos mais puros motivos de humanidade e benevolência (grandes características da sociedade a que tinham a honra de pertencer) assim formando forte contraste com os outros seus degenerados e ignorantes’ (LISBOA, 1826).

Mas se José da Silva Lisboa e seus parentes estavam envolvidos com os indivíduos que tomaram parte nas conspirações de 1798 e 1803; se, como o anagrama Sol Posto indica, ele era maçom, como seria possível explicar o ódio que Visconde Cairú desenvolveu contra a maçonaria? Na Constituinte de 1823, ao discursar, posto de joelhos como exemplo de ato de adoração, Silva Lisboa atacou a maçonaria (ou algum grupo dela) definindo-a como ‘uma terrível seita, que blazona de influente e triunfante, e que aliás é difamada de minar o altar e o trono, como é notório ter

corrompido, não pouco, o espírito do povo" (PINTO, 1880, p. 113). Ele tornou público seu ódio quando afirmou que: "Toda a minha querella é contra a seita que fóra da assembléa, affecta dirigir a opinião publica á seus fins sinistros, e contra a qual, pela sua ramificação na Europa, se têm armado as grandes potencias, que têm por si os votos dos mais" (PINTO, 1880, p. 118). Já em 1812, José da Silva Lisboa afirmou que "execrar revoluções não he defender desgovernos, nem excluir boas leis. . . Quando o remedio he peior que o mal, até as boas reformas são inuteis, ou nocivas. As revoluções são como os terremotos: tudo arruinão, e nada reparão" (BURKER, 1812, p. VI).

Se, conforme os indícios, José da Silva Lisboa foi partidário das ideias ilustradas e tomou parte na Conjuração dos Alfaiates, na maturidade, após 1810, o Visconde de Cairú passou a combater os ideais revolucionários e as sociedades iniciáticas que os propagavam. Tornou-se um devoto católico fervoroso. Entre José da Silva Lisboa e o Visconde de Cairú está o homem que escreveu o *Flores Celestes*.

Uma autobiografia

Aceitando a afirmação de que não existe um José Cortez Sol Posto, mas o poeta José da Silva Lisboa, é necessário entender as condições de produção de sua obra, assim como os seus significados implícitos. Cairú foi contemplado com diversas biografias, desde a primeira em 1839, feita por seu filho Bento da Silva Lisboa, até as escritas por Alfredo do Valle Cabral (1878) e Tereza Cristina Kirschner (2009). Todas apontaram suas ações ilustradas e suas obras políticas e econômicas. O próprio Cairú gostava de ler biografias e chegou a dizer que "um dos estudos mais instrutivos e deliciosos é o da biografia". Concluiu esse pensamento com a seguinte questão: "quem não sente intenso afeto aos heróis que deram dignidade à espécie"? (LISBOA, 1825, p. 81). O *Flores Celestes*, para além de suas confissões, é uma autobiografia do espírito do seu autor.

Os livros de Silva Lisboa, mesmo os pragmáticos, foram carregados com simbolismos e significados extraídos de passagens bíblicas ou de autores clássicos. Isto era o que se esperava dos livros de um ex-professor de grego e hebraico, bem como também era um recurso estilístico comum aos autores do século XVIII. Nos textos de Silva Lisboa, as referências bíblicas indicam, para além da sua erudição, os sentimentos de honesta devoção.

Tornou-se o mais profícuo escritor brasileiro, sendo superado apenas pelo Padre Antonio Vieira em número de obras publicadas. O emprego da linguagem simbólica e dos signos bíblicos ou clássicos nos seus impressos explicaria os versos que lhe dedicou seu inimigo José Bonifácio de Andrada (ANAIS, 1885-1886, Vol. 13, p. 115):

O mesmo que fazer Sylvio o Carcunda,
Fracção de gente, charlatão idoso,
Que abocanha no grego, inglez, hebraico,
Mas sabe bem a lingua de cabinda
E o pátrio Bororó e mais o moiro,
Que escreve folhetos a milhares
Que ninguém lê porque ninguém o entende
Por mais que lhe dê títulos diversos.

“Ninguém lê porque ninguém o entende”. Esse foi o destino do *Flores Celestes*, que por mais de duzentos anos permaneceu ignorado pelos literatos, historiadores e, até mesmo, pelos bibliófilos. Sua análise indica, entretanto, que, mascarado sob inocentes poemas de caráter sagrado, trata-se de um livro que possibilita múltiplas interpretações. Uma das interpretações que se podem fazer acerca do *Flores Celestes* é entendê-lo como um livro de poesias autobiográfico. Seu autor aponta elementos da sua própria vida em meio aos versos, e por essa razão justifica-se o uso de um pseudônimo.

São memórias íntimas, fragmentadas e reveladoras que transparecem ao longo das linhas dos poemas. As memórias acerca da formação da sua personalidade controversa têm início na sua infância:

E porque logo des d'a meninice
Tudo fingido foi quanto falava.
(SOL POSTO, 1807, p. 157)

As memórias da juventude do autor também foram resgatadas. Ele revela a seus interlocutores os problemas que, supostamente na adolescência, teve com os progenitores, afirmando que:

O mando Paternal me era insoffrivel,
O preceito Materno insupportavel,
E nada a seus exemplos attendivel,
Com elles me ostentei sempre intratavel:
Sanguinario, colérico, irascivo,
Soberbo, presumpçoso, ufano, altivo.

Chegou a tanto minha crueldade,
Que contra o Pai humano, que me destes,
Mil vezes conspirei co' a má vontade;
Como Philopator com Ervegestes:
(SOL POSTO, 1807, p. 166)

Um aspecto negligenciado nas biografias do Visconde de Cairú, e apontado apenas por Braz do Amaral numa conferência em 1935, sem indicar qualquer documento, é que na juventude o estudante José da Silva Lisboa teve problemas em obedecer à autoridade paterna. Amaral afirmou que, após a morte de um filho destinado à carreira eclesiástica, Henrique da Silva Lisboa desejava que seu filho José tomasse o lugar do falecido irmão, costume entre as famílias no período colonial. O jovem “não se conformou com isso, do que lhe resultou grave prejuízo, porque o genitor lhe retirou a mesada e José da Silva Lisboa, obrigado pelas necessidades do sustento, vestuário e outras, se viu na contingência de procurar uma casa de penhores, na qual teve que deixar, em garantia do dinheiro de que precisava, a sua carta ou diploma de professor” (AMARAL, 1935, p. 297-316). Ainda segundo Amaral, no mês seguinte, após receber seu ordenado, José da Silva Lisboa resgatou seu título. Isso indica uma relação conturbada entre pai e filho, a qual este último não acatou e usou numa estrofe do poema, “o mando paterno”. Outro irmão de Cairú, Daniel da Silva Lisboa, seguiu a carreira eclesiástica e era o capelão do Convento da Lapa na época da guerra de independência.

O Terceiro Ramalhete apresenta um homem dividido entre a razão e a fé. Essa é uma característica do Visconde de Cairú nos últimos trinta anos de sua vida. O homem que começou sua carreira escrevendo obras sobre direito mercantil e liberalismo econômico terminou-a escrevendo um *Catecismo da Doutrina Cristã*, em 1832. Segundo é possível inferir do texto, a razão está subentendida como ideias de inspiração iluminista, que levaram o poeta a se afastar de Deus (ou da Igreja), visto que afirma ter estudado “cruezas oucas” e acreditado em “idéas loucas”.

XVI.

Na cegueira do peccado
Té agora tenho vivido,
Das finezas esquecido
D' hum Deos por mim humanado
Sempre estive dominado
Da ociosa preguiça
E d'avarenta cubica ;
E desde que a razão vi
As vossas Leis transgredi
Sem temer vossa justiça,
(SOL POSTO, 1807, p. 50)

XIX.

Sempre desobede ci
A's vossas Leis , meu Jesus
Logo que a primeira luz
Da razão aos olhos vi
Eu violei , ah! eu rompi

Os santos preceitos dez,
Que entregastes a Moysés;
Sou réo, mereço castigo ,
Mas vede que vossa amigo
Hoje chego a vossos pés.
(SOL POSTO, 1807, p. 51)

XLV.

Deste modo assim mal pagos
Os vossos meigos amores,
Satisfiz só com rigores
Os vossos ternos affagos:
De mil pensamentos vagos
Dando assenso a idéas loucas,
Estudei cruezas oucas
Horas, minutos, instantes,
Como não sendo bastantes,
E julgando serem poucas.
(SOL POSTO, 1807, p. 64)

O estudo das “idéas loucas”, que pode indicar a leitura de obras iluministas, não seria a revelação mais comprometedora dos poemas. Num tempo em que a Tribunal do Santo Ofício português já não mordia, mas ainda arranhava, as confissões do poeta em relação ao “sexto” mandamento justificariam, também, o uso de um pseudônimo estampado no livro:

LXXXVI.

No sexto Mandamento vos confesso
Horrores hediondos, culpas feias
Em tanta quantidade, que conheço
Não tem o Oceano mais areias
Estas as vezes são, que obstinado
Pequei contra o meu Deos Crucificado.

LXXXVII.

Que eu fui, qual Salomão, veneno tanto;
Nos estupros, Jorão luxurioso;
Adulterio, qual Rei Profeta Santo;
E só me faltou ser incestuoso:
Passando em torpes, vis distraimentos,
Do dia, e noite, instantes, e momentos.

LXXXVIII.

Eu me confundo, aterro, assombro, e pejo,
Em ver qual sou, qual fui ha tantos annos!
Peccando na vontade, e no desejo
Mais bruto, que os lascivos Africanos,
Por sonhos, fantasias, vagueamentos,

Por palavras, por obras, pensamentos

LXXXIX.

Vós bem sabeis, Senhor, tenho peccado
No sexto em modos mil, de tal maneira,
Que em carnal copla tenho-me juntado
Co' a casada, a viúva, e a solteira;
Nefando peccador a toda hora,
Vós bem sabeis, Senhor, fui té agora.

XC.

Do Próximo roubei fazenda, e fama,
A honra, eu murmurei, eu fui picante
Sua mulher o meu desejo inflamma
O alheio desejei a todo instante,
Lascivo fui indomito, doloso,
Soberbo, avaro, ufano, luxurioso.
(SOL POSTO, 1807, pp. 168-170)

Ronaldo Vainfas observou que, durante a colônia, pecar no “sexto” era uma referência aos mandamentos bíblicos, uma corruptela para suavizar a afirmação de pecado sexual. Não respeitando a mulher (ou mulheres) do próximo, o autor do *Flores Celestes* admite que pecou, inclusive, no nefando.

O pecado da cobiça também foi registrado nas linhas do poema:

XXIII.

O meu genio interesseiro
Tornou-me ao ser, e figura
Do avarento da Escritura
Pela ambição do dinheiro.
(SOL POSTO, 1807, p. 53)

Eu vos confesso que sou,
(Meu Senhor, e meu Jesu Christo)
O Peccador mais horrivel,
Que no mundo se tem visto.

Sou, meu Deos, hum monstro horrendo,
Que engolfado na cubiça
Pequei, não tem conto as vezes,
Sem temer vossa Justiça.

Eu fui, meu Jesus, o Judas,
Que com o beijo de paz,
Pela ambição do dinheiro,
Vos entreguei a Caifaz;
(SOL POSTO, 1807, p. 37-38)

Pelo menos um dos mandamentos, o autor do *Flores Celestes*, de fato, não violou:

Homicida não fui corporalmente,
Porém no esp'ritual tenho matado.
(SOL POSTO, 1807, p. 167)

Considerando todas essas afirmações como uma confissão das práticas cotidianas do autor do *Flores Celestes*, revela-se o perfil de um homem que, aos 50 anos, demonstrou o desejo de transformar sua própria vida.

Quanto à autoria dos poemas pela pena de José da Silva Lisboa, vale salientar que ele foi, à sua época, o autor brasileiro que mais recorreu ao uso de pseudônimo ou do anonimato em suas publicações. Filopatris, Um Cidadão, Fiel à Nação, Jurista, Imperialista Firme, Matuto, Anti-Anarquista, Escandalizado são alguns exemplos disso (ANDRADE, 1999, pp. 38; 89; 100; 102; 124; 156; 192; 259). Nesse conjunto entraria Cigano da Bahia e o anagrama Sol Posto. O historiador Hélio Viana lhe atribuiu autoria do Despertador Brasiliense e, recentemente, o bibliófilo José Augusto Bezerra revelou que a tradução de *Noticia Historica da Vida e das Obras de José Haydn*, impresso em 1820, foi realizada pelo Visconde de Cairú, demonstrando seu conhecimento de música (BEZERRA, 2010, 189-191). É possível que apareçam outros livros e panfletos que possam ser atribuídos a Silva Lisboa.

Apesar das biografias escritas desde a primeira metade do século XIX, muitos aspectos da vida de José da Silva Lisboa, particularmente antes de 1808, permanecem obscuros. Sua personalidade é mais complexa e controversa do que seus primeiros biógrafos poderiam imaginar. Devoto de ideias iluministas na juventude, tornou-se devoto católico na maturidade. O *Flores Celestes* é a chave para compreender as transformações que ocorreram no pensamento de José da Silva Lisboa.

Referências bibliográficas

AHU Bahia. Avulsos. Cx. 225, Doc. 15.590. *Requerimento do deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Bahia, José da Silva Lisboa ao príncipe regente solicitando licença para ir à Corte*. Salvador, 1802.

_____. Avulsos. Cx 204; Anexo ao documento 14.637. *Requerimento do Professor de Filosofia na Bahia, José da Silva Lisboa*, n.8.

_____. Catálogo Eduardo Castro. Doc. 12.108. *In Laudem Augustissimae Reginae Nostrae Mariae I, pro solemnis natalis diel celebratione oratio publice habita XIV kalendas Januarii anni MDCCCLXXXVI Soteriopolis Brasiliensi in Regali studiorum Collegio.*

_____. Catálogo Eduardo Castro. Doc. 21.112 e 21.131-21.136. Requerimento de D. Isabel Antonia de Figueiredo e suas filhas D. Anna Francisca Benedicta da Silva Lisboa, casada com José da Silva Lisboa, e D. Maria Rita Justiniana de Figueiredo Gaio, viúva de João Machado Gaio, no qual pedem a justificação de serviços de seu marido e pae o advogado Antonio Álvares de Figueiredo.

_____. Catálogo Eduardo Castro. caixa 48, documento 19.222. Bahia, 23 de março de 1799. Officio do Arcebispo D. Fr. Antonio Correa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

_____. Catálogo Eduardo Castro. Cx. 113, documento 22.250. Requerimento de Marcellino Antonio de Sousa. S /d.

_____. Catálogo Eduardo Castro, Cx. 113, documento 22.256.

_____. Catálogo Eduardo Castro. Cx. Doc. 11.631. Officio do Governador D. Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, no qual participa que, tendo partido para Lisboa o desembargador José da Rocha Dantas e Mendonça, Intendente Geral do Ouro, nomeara para este logar o desembargador Felippe José de Faria. Bahia, 2 de julho de 1784.

_____. Catálogo Eduardo Castro. Cx. Doc. 13.670. Carta regia pela qual foi ordenado que Desembargador Felippe José de Faria continuasse a desempenhar os logares de Desembargador da Relação da Bahia e Intendente Geral do Ouro. Palácio de Queluz, 30 de setembro de 1789.

_____. Catálogo Eduardo Castro. Doc. 24.686, (Anexo ao 24.678). Atestado de residencia de Manuel Joaquim dos Santos e attestado da sua frequencia no curso de philosophia racional, passados respectivamente pelo vigario José de Sousa Pereira e pelo professor Manuel de Almeida Maciel.

_____. Catálogo Eduardo Castro. Doc. 29.510, (Anexo ao 29.500) Attestado do Deão Manuel de Almeida Maciel, Professor Regio, sobre a applicação e aproveitamento de Manuel José Estrella nas aulas de Philosophia que frequentara no anno de 1779. Bahia, 11 de julho de 1784.

_____. Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Cx. 113. Docs. 22.251 e 22.252. Atestados do Governador D. Fernando José de Portugal e do professor José da Silva Lisboa, sobre o comportamento, prestimo e intelligencia de Marcelino Antonio de Sousa. Bahia, 28 e 30 de junho de 1800.

_____. Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Doc. 23.736; Officio do cabido da Sé da Bahia para o Visconde de Anadia, em que lhe participa o falecimento do Arcebispo D. Fr. Antonio Correa. Salvador, 14 de julho de 1802.

_____. Eduardo de Almeida Castro. Caixa 221, Anexo n. 12 ao Doc.15429. Requerimento do professor de Língua Latina na Bahia. Bahia, 22 de novembro de 1797.

_____. Catálogo Eduardo Castro de Almeida, Doc. 19.712. Ofício do Provedor José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a administração da Real Fazenda. Bahia, 30 de maio de 1799. “D. Rodrigo José de Menezes (...) nomeou o Desembargador Filipe José de Faria o qual conservou a mesma serventia 12 annos, que esteve na Relação e sendo rendido, devendo recolher-se a Lisboa, entrou em seu logar na Alfandega (...) José Rufino”.

_____. Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Doc. 18.360. Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere a uma denúncia em que se accusavam certas pessoas de serem jacobinas. Bahia, 17 de junho de 1798.

_____. Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Doc. 19.326. Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere a uma conspiração que abortara e às medidas que tomara para punir seus autores. Bahia, 4 de abril de 1799.

_____. Eduardo de Almeida Castro. Doc. 14.475. Carta particular de José da Silva Lisboa para Martinho de Mello e Castro, em que lhe patenteia o seu reconhecimento pela proteção que lhe tem dispensado e se refere a diversos assuntos relativos à Bahia.

ALMANAQUE da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

ALMEIDA, Manuel Lopes de (ed.). *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1966.

AMARAL, Braz do. Conferência de Braz do Amaral sobre o Visconde de Cairu. In: *RIHGB*, V. 170, p. 297-316, 1935.

ANDRADE, Adriano da Guerra. *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

APEB. Seção Colonial/Provincial. Cartas Régias, Vol. 80, Doc. 65. *Carta da rainha de Portugal para D. Fernando de Portugal, governador e capitão-general da capitania da Bahia, comunicando que foi servida dispensar o desembargador Felippe José de Faria da serventia útil de intendente do Ouro, na Relação da Bahia, por haver cessado os motivos para sua conservação*. Palácio de Queluz, 28 de setembro de 1795.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.

BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade do quartel-general do Pirajá: hoje presa na guarita de Villegagnon no Rio de Janeiro*, n. 27. 17 de dezembro de 1831.

BARROS, Francisco Borges de. Os Confederados do Partido da Liberdade. In: *Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia*, nº 9, Salvador: Imprensa Official do Estado, 1922, p. 21.

RUY, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

_____. *Os Confederados do Partido da Liberdade*, Bahia, Imp. Of. do Estado, 1922.

BEZERRA, José Augusto. José da Silva Lisboa - estadista e intelectual. In: SCHWAMBOM, Ingrid (orgs.): *Joseph Haydn na Corte Real do Rio de Janeiro (1816-1822)*. Fortaleza: Editora UFC, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.

BURKER, Edmund. *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burker por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819*. Bahia: Imprensa Oficial, 1968.

DUTRA, José Soares. *Cairú*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1943.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. *Dicionário de Maçonaria*. São Paulo: Editora Pensamento.

GARIBALD, M. L. *Dossiê da Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2007, p. 26.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

IDADE d’Ouro do Brasil, edição 29 de 10 de abril de 1812.

_____. Edição 69 de 28 de agosto de 1812.

IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *A Tipografia na Bahia: Documentos sobre sua origem e o empresário Silva Serva*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1977, pp. 55 e 65.

JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império: História do ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo; Salvador: HUCITEC-EDUFBA, 1996.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa: Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009, pp. 78 e 86.

LINDLEY, Thomas. *Narrative of a voyage to Brasil terminating in the seizure of a british vessel, and the imprisonment of the author and the ship's crew, by the portuguese: with general sketches of the country, its natural productions, colonial inhabitants, &c. and a description of the city and provinces of St. Salvadore and Porto Seguro: to which are added, a correct table of the latitude and longitude of the ports on the Coast of Brasil, table exchange, &c.* London: printed for J. Johnson, 1805. pp. 42 e 208-209.

LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política: para servir de introdução a tentativa econômica do Author dos Princípios de Direito Mercantil*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

_____. *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1825.

_____. *Introdução à História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional. 1826.

MACIEL, Manoel Almeida. *Emmanuelis Almeidae Macielii in Gymnasio Bahiensi; regit philosophiae professoris Oratio in solemni studiorum instaurazione publice habita postridie Kal.*, 1775.

MACIEL, Manuel de Almeida. *Sermão em acção de graças pelos felices desposorios dos serenissimos senhores D. José, e D. Maria Francisca Benedicta, Príncipes da Beira, pregado na Sé Metropolitana da Bahia em o dia 15 de Agosto de 1777, tendo celebrado a missa... D. Joaquim Borges de Figueiroa, Arcebispo Metropolitano do Brazil / pelo padre Manoel de Almeida Maciel, Mestre Escola da mesma Sé*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1777.

MATTOSO, Kátia. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia, Itapuã, 1969.

MELLO, Mário C. do Rego Mello. A maçonaria no Brasil. In: BASTOS, Octaviano (org). *Livro Maçônico do Centenário*. Rio de Janeiro: Grande Oriente do Brasil, 1922.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo: USP, 1969.

_____. *Bibliographia Brasiliana*. Los Angeles: UCLA; Kosmos, 1983.

PINTO, H.J. *Annaes do Parlamento brasileiro, Assembléa constituinte, 1823*. Rio de Janeiro, 1880.

REQUERIMENTO do capitão José Porfírio de Freitas por seu procurado José Francisco da Silva ao príncipe regente D. João pedindo licença para que o suplicante e o seu caixeiro, o capitão Tómas Antônio Pimentel, possam usar armas brancas e de fogo no sertão da capitania de Pernambuco. 9 de março de 1803. O “moço de Pernambuco” chamado José Porfírio existe e estava na Revolução de 1817.

RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca brasiliense: Catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J.C. Rodrigues. Parte 1. Descobrimento da America: Brasil colonial. 1492-1822*. Typ. do Jornal do Commercio: 1907.

RUY, Affonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SERVA, Manuel Antonio da Silva. *Noticia do Catalogo de Livros, que se achão a venda em Caza de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro n.17 o qual por hum commodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Corte*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1811.

SILVA Andrée Mansuy Dinis. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho*. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbekian, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: O clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SOL POSTO, José Cortez. *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, Deus e homem verdadeiro*. Lisboa: Of. De Simão Thaddeo Ferreira, 1807.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a sedição de 1798*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora Unesp, 2003.

TRINDADE Bento da. *Sermão prégado na igreja paroquial de N. Senhora da Conceição da Praia, na Cidade da Bahia, na festividate, que celebrou o corpo do commercio, presidido pela meza da inspecção de graças pelo feliz nascimento da Serenissima Senhora Princeza da Beira. Pelo R. P. Doutor Fr. Bento da Trindade, Eremita Descalço de Santo Agostinho*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794.

Notas

¹ Os grifos servem para ressaltar as partes mais essenciais do texto apresentado e analisado.

² As obras anunciadas para venda, todas as seis, saídas dos prelos da Silva e Serva, são: AZEVEDO, Antonio Xavier Ferreira de. Palafox em Saragoça, ou a batalha de 10 de agosto do anno de 1808. Drama em tres actos. Na Typographya de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812. CASTRO, José Soares de. Elementos de osteologia practica, Na Typografia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812. Observações sobre a franqueza da industria e estabelecimento de fabricas no Brazil /José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú. Salvador Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811. 55 p. Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes princípios da nova legislação do Brazil /José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú. Publicação Salvador: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811.

³ Não há muitos exemplares disponíveis. Na Biblioteca Nacional do Rio Janeiro existem dois exemplares, sendo um restaurado. Na Biblioteca Nacional de Portugal também há dois, sendo um sem a folha de título. O exemplar que pertenceu a Berbert de Castro está, atualmente, na Fundação Clemente Mariani. Agradeço a Cristina Antunes por examinar, a meu pedido, o exemplar de José Mindlin, hoje na Biblioteca Brasiliana. Há um exemplar na John Carter Brown Library e outro no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, que pertenceu a Frederico Edeweiss. O livreiro Richard Rammer, de Nova Iorque, disponibiliza, em 2011, um exemplar por \$ 3600,00. Por fim, existe um exemplar na coleção do autor, adquirido num alfarrabista do Porto, que como todos os outros não contém o Ramalhete Primeiro.

⁴ Attendendo ao que por seu requerimento Me presentou o Administrador da Impressão Regia Simão Thaddeo Ferreira, em que pedia lhe aceitasse a dimissão daquelle Emprego pelo julgar superior ás suas forças: Hei por-bem acceitar-lhe a dita dimissão; Ordenando ao Director Geral que proceda immediatamente a tomar conta ao sobredito Simão Thaddeo Ferreira de todos os objectos , que estavão a seu cargo. Palacio de Queluz, 5 de Abril, 1803. Lisboa: Impressão Régia, 1803.

⁵ Há outra tiragem dessa oração: Emmanuelis Almeidae Macielii in gimnasio Bahiensi regii philosophiae professori habita postrie Kal. Martu. Olisipone: Ex. Typographia Regia, 1775

⁶ O Sol Posto liga-se também a outro símbolo maçônico, conhecido como a Escada de Jacó, que aparece em Gênesis 28:11-22: “E chegou a um lugar onde passou a noite, porque já o sol era posto; e tomou uma das pedras daquele lugar, e a pôs por sua cabeceira, e deitou-se naquele lugar. E sonhou: e eis era posta na terra uma escada cujo topo tocava nos

céus; e eis que os anjos de Deus subiam e desciam por ela”. Na maçonaria, a escada mística vista por Jacó simboliza o ciclo involutivo e evolutivo da vida, em seu perpétuo fluxo e refluxo. Segundo as tradições maçônicas, a escada com esse significado consta de quatorze degraus, tantos quantos são virtudes necessárias ao aperfeiçoamento de cada indivíduo. As três mais importantes são a Fé, a Esperança e a Caridade, ali simbolizadas pela Cruz, a Âncora e o Cálice.

⁷ Filho de Ptolemeu III Evérgeta I e da rainha Berenice II, Ptolemeu IV, Filopator, é retratado pelos autores clássicos como um rei fraco e debochado que entregou os assuntos de Estado aos seus ministros e conselheiros, como Sosíbios e Agatócles. A pedido destes, Ptolemeu IV ordenou a morte de vários membros da sua família, como o seu irmão Magas, a sua mãe e o seu tio Lisímaco.

⁸ “Bem patentes são as cauzas que poderão concorrer para aquella desordem: primeira a desgraçada epocha e, que vivemos, a falta de religião que reina por toda a parte e os principios mal entendido a respeito da liberdade: segunda, a lição dos papeis publicos que correm, e que annuncião os tristes sucessos da Europa com cõres vivas e com reflexões ás vezes pessimas: terceira, o demasiado favor que tem conseguido n'esta Corte a classe dos homens pardos d'esta Capitania, obtendo alguns d'elles mercês de habitos e outras dinsticções. o que não contribuem pouco para augmentar mais a vaidade e prezumpção que constitue o seu caracter, fazel-os mais atrevidos e dispôl-os a resolverem-se a pôr na presença de S. M. requerimentos cheios de pretensões extraordinarias e que lhes não competem, pois ainda que como vassalos devão merecer a attenção da mesma Senhora, não convem comtudo em hum paiz de conquista em que esta gente compõe uma grande parte da populaçao que seja demasiadamente igualada á classe dos homens brancos”.

⁹ Autos da devassa da Conspiração dos Alfaiates. FLEXOR, Maria Helena O. (Ed.). Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo/ Arquivo Público do Estado, 1998. 2v, p. 93 e 100. Do “Auto de apreensão” dos bens de Domingos da Silva Lisboa, constam “uma caixa grande, já velha, e dentro dela bastantes livros e alguns desencadernados, [...] uma estante de pés com cento e setenta e nove livros grandes e pequenos de vários autores, setenta e sete livros que ficam em cima da espreguiçadeira de vários autores e um de capa de pergaminho ainda em branco com alguns assentos”. Autos ..., p. 82. Essa quantidade excepcional de livros e a falta de registro de seus respectivos títulos e autores levantam a suspeita de que não se tratavam de impressos, mas, como indica o de capa de pergaminho, livros de contabilidade ou algo semelhante.

Recebido em janeiro de 2012.

Aprovado em março de 2012.